

ECO-331

**Desenvolvimento Sustentável e Responsabilidade Social
O CASO DA MOZAL (2001-2006)**

Dulce Carlos Zunguze

Novembro de 2007

Universidade Eduardo Mondlane

Faculdade de Economia

Maputo - Moçambique

Declaração

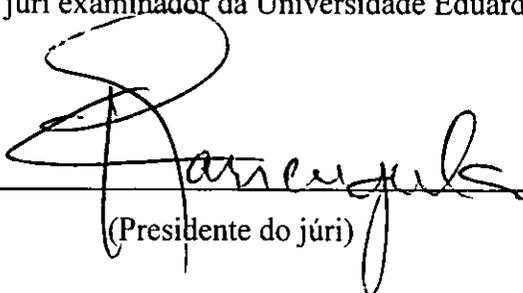
Declaro que este trabalho é da minha autoria e resulta da minha investigação. Esta é a primeira vez que o submeto para obtenção do grau de licenciatura numa instituição educacional.

A Declarante

Dulce Carlos Zunguze
(Dulce Carlos Zunguze)

Aprovação do júri

Este trabalho foi aprovado com _____ valores no dia ____ de _____ de 2007 por nós, membros do júri examinador da Universidade Eduardo Mondlane.


(Presidente do júri)

(Arguente)

(Supervisor)

ÍNDICE

DECLARAÇÃO.....	I
DEDICATÓRIA.....	III
AGRADECIMENTOS	V
LISTA DE ABREVIATURAS.....	VI
SUMÁRIO EXECUTIVO.....	VII
CAPÍTULO I: INTRODUÇÃO.....	1
1. INTRODUÇÃO.....	1
1.1 JUSTIFICAÇÃO DO TEMA	2
1.2 OBJECTIVOS	3
1.2.1 <i>Objectivo geral</i>	3
1.2.2 <i>Objectivos específicos</i>	3
1.3 PERGUNTA DE PARTIDA	4
1.4 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO.....	4
CAPÍTULO II: REVISÃO DA LITERATURA.....	5
2.1 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	5
2.1.1 <i>Dimensões do Desenvolvimento Sustentável</i>	7
2.2 IMPORTÂNCIA DA PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE	7
2.3 MEIO AMBIENTE EM MOÇAMBIQUE	9
2.3.1 <i>Quadro legal</i>	9
3. CARACTERIZAÇÃO DA RESPONSABILIDADE SOCIAL.....	11
3.1 ORIGEM E EVOLUÇÃO DA RESPONSABILIDADE SOCIAL	11
3.1.1 <i>Conceito de responsabilidade social</i>	13
3.1.2 <i>Características de uma empresa socialmente responsável</i>	15
3.1.3 <i>Dimensões da responsabilidade social</i>	17
3.2 BENEFÍCIOS ADVINDOS DA PRÁTICA DA RESPONSABILIDADE SOCIAL	18
CAPÍTULO III: METODOLOGIA.....	21
CAPÍTULO IV: ESTUDO DE CASO	24
4. CARACTERIZAÇÃO DA EMPRESA EM ESTUDO.....	24
4.1 MOZAL.....	24
4.1.1 <i>Associação Mozal para o Desenvolvimento da Comunidade</i>	25
4.2 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E RESPONSABILIDADE SOCIAL.....	25
4.2.1 <i>Áreas de Actuação e acções sociais desenvolvidas</i>	26
1. <i>Infra-estruturas comunitárias</i>	26
2. <i>Educação e formação</i>	27
3. <i>Saúde e Meio Ambiente</i>	28
4. <i>Desenvolvimento de Pequenos Negócios</i>	29
5. <i>Desporto e Cultura</i>	29
4.2.2 <i>Impactos Ambientais gerados pela Indústria de Alumínio</i>	30
4.3 ANÁLISE DOS RESULTADOS	32

CAPÍTULO V: CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	35
5.1 CONCLUSÕES	35
5.2 RECOMENDAÇÕES	36
6. BIBLIOGRAFIA.....	37
7. ANEXO: QUESTIONÁRIO PARA AS ENTREVISTAS.....	41

Dedicatória

À memória da minha mãe, Lúcia Julião Mavie, meu irmão Salvador Zunguze e meu sobrinho Delgue Orlando Zunguze, que embora ausentes fizeram parte de mim nesta longa caminhada.

Dedico também ao meu Pai Carlos Taúla Zunguze, pelo amor e carinho e pela educação que sempre me deu nestes longos anos da minha vida.

Aos meus irmãos pelo amor e apoio.

Agradecimentos

Primeiro quero agradecer a DEUS pela graça e bênção que tem me concedido nos momentos mais difíceis da minha vida, e ao meu Pai pela atenção que tem me concedido nos momentos em que mais precisei.

Ao meu supervisor Dr. Estácio D. Omar Rajá. Foi me mais que um supervisor, mais amigo e irmão, pela disposição que me concedeu e vontade em me ver terminar o trabalho.

Endereço também os meus agradecimentos fortes aos meus irmãos, Zito Zunguze, Orlando Zunguze, Anabela Zunguze, Felizarda Zunguze, Xadrique Zunguze, meus sobrinhos, Erson Zunguze e Chélsia Zunguze, por terem colaborado positivamente ao longo da minha formação e nos momentos de dor da minha vida.

Á AMDC pela informação concedida para dar andamento ao meu trabalho e ao MICOA em especial ao Dr. Lichucha e ao eng. Guimarães por terem sido tão prestativos ao me concederem informação a qual dependia para concluir o meu trabalho.

A todos aqueles que foram meus docentes da Faculdade de Economia, por me terem dourado de conhecimentos técnico-científicos ao longo da minha formação. A todos meus colegas que me condicionaram uma companhia agradável durante todos esses anos de formação.

Agradeço também aos meus amigos Dr. Adelino Pimpão, Dr. Bonifácio José, Dr. Oswaldo Bene pela disposição sempre que precisei.

Em fim, ao secretário permanente de Niassa, Sr. Caetano pela paciência em aturar meus choros e lamentações e por ter me concedido a oportunidade de sorrir, sorrir. O meu muito obrigado.

Lista de abreviaturas

AIA	Avaliação do Impacto Ambiental
AMDC	Associação Mozal para o Desenvolvimento da Comunidade,
CNMA	Comissão Nacional do Meio Ambiente,
CMMAD	Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento,
CONDES	Conselho Nacional de Desenvolvimento Sustentável,
DS	Desenvolvimento Sustentável,
IDSL	Iniciativa de Desenvolvimento Espacial dos Libombos,
MICOA	Ministério para a Coordenação da Acção Ambiental,
ONG's	Organizações Não Governamentais,
PARPA	Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta,
PDA	Programa de Desenvolvimento Agrário,
PNA	Política Nacional do Ambiente,
PVD's	Países em Vias de Desenvolvimento,
HCM	Hospital Central de Maputo.

Sumário Executivo

O alcance do desenvolvimento sustentável é um dos objectivos prioritários de todas as nações. Para tal, além das variáveis ambientais e sociais devem ser igualmente considerados outros aspectos como os económicos, culturais e espaciais.

Este estudo, tem por objectivo analisar o posicionamento das empresas mais concretamente da Mozal em relação ao desenvolvimento sustentável com ênfase na responsabilidade social e ambiental, bem como o impacto de suas acções na sociedade.

Para a materialização dos objectivos propostos realizou-se o estudo de caso junto á instituição supracitada, bem como a recolha de dados por meio de consulta bibliográfica e documental.

Dados encontrados ao longo da pesquisa dão conta que, a Mozal tem desempenhado um papel de destaque no plano social, no que concerne ao alcance de um desenvolvimento benéfico para as comunidades circunvizinhas. Entretanto, a Mozal durante o seu processo produtivo emite gases (tais como o dióxido de carbono, e o dióxido de enxofre), partículas de poeiras, fumos, para a atmosfera e para a área da fábrica, componentes estas que possuem substâncias químicas perigosas, para além de alguns trabalhadores terem sido encontrados a circular sem respiradores.

Entretanto, os mecanismos de higiene, e segurança no trabalho não estão a ser aplicados de forma sustentável. Da análise feita pode-se constatar que as acções desenvolvidas pela empresa poderão por em causa o futuro das gerações vindouras. Deste modo, conclui-se que a empresa em estudo não estaria a contribuir para o desenvolvimento sustentável.,

CAPÍTULO I: INTRODUÇÃO

1. Introdução

Há cerca de seis séculos o homem exercia sobre a natureza um impacto relativamente moderado que não punha em causa em termos substanciais o equilíbrio ecológico. O tempo foi decorrendo, civilizações sucederam outras, foram efectuadas novas descobertas científicas e a intensidade da exploração dos recursos naturais foi aumentando a um ritmo imparável com especial ênfase nos últimos seis séculos. Na Inglaterra dá-se a revolução industrial no século XIX, que marca o início oficial da era da industrialização, e novos problemas ambientais surgem essencialmente derivados da presença de grandes fábricas nos principais aglomerados urbanos (Serra, 2003:19).

A miséria que assola grande parte da população mundial, e os danos causados ao meio ambiente pela actividade humana, não tem remetido a civilização a um desenvolvimento social, económico, cultural, e ambientalmente sustentável. O que se evidencia é uma distribuição de renda extremamente desigual além de uma alarmante diferença de oportunidades acentuando-se ainda mais a distância entre povos ricos e pobres (Buffara, 2003:10).

Diante destes acontecimentos que perigam a sobrevivência da espécie humana, no final da década de 1987 realizou-se a conferência sobre meio ambiente e desenvolvimento, na qual difundiu-se o conceito de desenvolvimento sustentável. O desenvolvimento sustentável foi considerado como o desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer o equilíbrio do ambiente e a possibilidade de as gerações futuras satisfazerem também suas próprias necessidades.

A busca do Desenvolvimento Sustentável envolve directamente a variável económica, social e ecológica. Para que se alcance o desenvolvimento sustentável é imperioso que se tome em consideração na tomada de decisão os três pilares mencionados. Deste modo, as empresas devem desenvolver práticas socialmente responsáveis em suas actividades e gestão respondendo também ás reivindicações da sociedade. Apenas a responsabilidade

social fundamentada no conceito de desenvolvimento sustentável pode criar novas perspectivas de um mundo melhor.

No caso de Moçambique, para melhor percepção do tema em análise, recorreu-se á empresa Mozal que enquadra-se na nova dinâmica em que a preocupação vai muito além da obtenção do lucro, incorporando na sua gestão aspectos ligados à conservação do meio ambiente. Esta empresa tem grande destaque no que tange a sua intervenção na área social para a melhoria das condições de vida da comunidade em diversas áreas.

No âmbito da sua responsabilidade social, a empresa Mozal criou em 2000 a Associação Mozal para o Desenvolvimento da Comunidade (AMDC), que busca executar projectos de forma sustentável.

No entanto, o presente estudo intitulado a responsabilidade social e ambiental obrigou a conjugação do trabalho em 5 (cinco) capítulos: O primeiro capítulo correspondente a aspectos Introdutórios, o segundo capítulo relaciona-se com a revisão da literatura na qual estão descritos os fundamentos teóricos do tema em questão, o terceiro capítulo diz respeito a metodologia usada, o quarto capítulo é reservado ao estudo de caso e a apresentação e análise dos resultados de pesquisa, e por último são apresentadas as conclusões e possíveis recomendações.

1.1 Justificação do tema

A rápida industrialização embora vantajosa em termos económicos tem originado a sobre-exploração de recursos, a degradação de todos os ecossistemas incluindo os solos e o consumo cada vez maior de energia (desde a viragem do século, o consumo tornou-se 30 vezes maior e a produção industrial 50). Estima-se, que aproximadamente cerca de 200 milhões de pessoas são afectadas pela desertificação nos PVD's, e todos os anos, cerca de 20 milhões de hectares de florestas são bastante degradadas ou totalmente destruídas (Ávila, 1996: 143).

Os danos ao meio ambiente causados pela actividade humana podem significar uma ameaça ao padrão de vida das próximas gerações em termos de saúde e bem-estar social, se medidas urgentes e de profunda responsabilidade não forem tomadas. Este facto, leva

nos a repensar num caminho rumo ao desenvolvimento sustentável, o que significaria a satisfação das necessidades do presente sem comprometer a das futuras gerações.

O presente trabalho reveste-se de capital importância, de modo, a perceber o posicionamento da Mozal em relação ao desenvolvimento sustentável, com ênfase na responsabilidade social e ambiental bem como o impacto de suas acções na sociedade.

A escolha da Mozal como alvo de estudo deve-se ao facto deste constituir um dos grandes investimentos multinacional em Moçambique, o que de certa forma desperta curiosidade em abordar questões relativas as preocupações da sociedade como a conservação do meio ambiente e os problemas sociais que afligem o mundo no geral, problemas estes criados na sua maioria pelas empresas nos seus processos produtivos.

1.2 Objectivos

1.2.1 Objectivo geral

A realização do presente estudo tem como objectivo geral: Analisar o posicionamento da Mozal em relação ao desenvolvimento sustentável com ênfase na responsabilidade social e ambiental, bem como o impacto de suas acções na sociedade.

1.2.2 Objectivos específicos

- Analisar o posicionamento da Mozal em relação ao Desenvolvimento Sustentável, com ênfase na responsabilidade social e ambiental,
- Identificar as principais áreas de actuação da empresa bem como os investimentos sociais realizados,
- Analisar os principais impactos que possam ser causados ao ambiente como consequência dos diferentes processos ou produtos utilizados na produção de alumínio.
- Identificar os procedimentos de mitigação e prevenção adoptados pela empresa com vista a minimizar os impactos ambientais.

1.3 Pergunta de partida

Diante da crescente preocupação com o alcance do desenvolvimento sustentável, e da necessidade das empresas desenvolverem práticas socialmente responsáveis em suas actividades, este estudo procura dar resposta a seguinte pergunta que constitui objecto central a ser estudado: *Até que ponto a Mozal contribui para o desenvolvimento sustentável do País bem como para melhoria da sociedade em geral?*

1.4 Delimitação do estudo

O presente estudo tratou da importância da responsabilidade social focado no conceito de desenvolvimento sustentável. Procurou-se constatar o posicionamento da empresa (Mozal) frente às questões sociais e ambientais. Com relação ao meio ambiente, não se aprofundou em considerações técnicas e operacionais que envolvem a pesquisa abstendo-se em apresentar a importância da sua preservação. O estudo de caso limitou-se apenas em dar resposta aos objectivos gerais e específicos no período de 2001 a 2006, deixando de fora questões não pertinentes no trabalho.

CAPÍTULO II: REVISÃO DA LITERATURA

2.1 Desenvolvimento Sustentável

O relatório publicado pela Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD) em 1987, considera ser sustentável o desenvolvimento que atende as necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as gerações futuras satisfazerem também suas próprias necessidades. Assim, optar pela sustentabilidade significa preservar capital natural para o usufruto das próximas gerações (todas as demais que vierem) (Micoa, 1995).

Nesta definição estão contidos dois outros conceitos relacionados com o desenvolvimento sustentável:

- O conceito de "necessidades", sobretudo as necessidades essenciais dos pobres do mundo que devem receber a máxima prioridade.
- A noção das limitações que o estágio da tecnologia e da organização social impõe ao meio ambiente, impedindo-os de atender as necessidades presentes e futuras.

Tanto a tecnologia como a organização social podem ser administrados de modo a proporcionar uma nova época de crescimento económico. Quanto á pobreza, é preciso suprir as necessidades básicas (alimentação, abrigo, vestuário, saúde, emprego, etc.) e dar oportunidades para que todos possam concretizar suas aspirações a uma melhor qualidade de vida (Micoa, 1995 e Buffara, 2003).

O desenvolvimento sustentável (DS) é a busca conjunta de eficiência económica, de justiça social, e de harmonia com o meio ambiente. Ele, é um processo de transformação em que a exploração dos recursos, a direcção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e as mudanças institucionais se harmonizem e reforcem o potencial presente e futuro afim de atender as necessidades e aspirações humanas (CMMAD, 1991).

Schmidheiny (2002) adverte que, não é possível haver desenvolvimento sem prejudicar a natureza. Todavia, o grande segredo está em saber administrá-lo. Isto é, o gerenciamento

das mudanças que ocorrem nas sociedades de hoje tem que ser mais eficiente que antes. É fundamental que se faça uma boa gestão do desenvolvimento aliado a uma utilização responsável dos recursos naturais disponíveis. Portanto, em muitas situações o desenvolvimento económico se beneficiará dessa boa gestão em vez de ser impedido por ela (Buffara, 2003).

O desenvolvimento industrial e o acelerado processo de urbanização e industrialização tem provocado grandes danos á ecologia no que se refere á degradação da biosfera e á destruição dos ecossistemas, o que significa perdas irreparáveis para as gerações futuras em termos de saúde, de qualidade de vida e disponibilidade de recursos naturais, com riscos de comprometer a continuidade do processo de desenvolvimento económico (Ávila, 1996:129).

Para os Países em vias de desenvolvimento (PVD's), muito embora a manutenção de recursos naturais para as futuras gerações seja de grande relevância, as necessidades das gerações actuais são de importância crítica. Acções induzidas pela pobreza e pela necessidade de sobrevivência erodem a base de recursos e assim geram mais pobreza (CMMAD,1992:14).

Cavalcante (2001) considera que, uma política de desenvolvimento sustentável deve estar envolvida em evitar tudo o que ameace o funcionamento normal do ecossistema em longo prazo e á biosfera da economia, assim como a ineficiência do lixo, a poluição, o uso abusivo dos recursos naturais renováveis e a dissipação dos recursos não renováveis. Em contrapartida, deve promover emprego, o bem-estar, e um meio ambiente saudável etc.

Deste modo, a realização do Desenvolvimento Sustentável requer mudanças nas concepções sobre meio ambiente, assim como nos padrões de produção e de consumo especialmente nos Países industrializados de onde se originam as maiores fontes de poluição atmosférica. Pelas suas dimensões, o problema de preservar o meio ambiente constitui tarefa global que requer a participação não só das agências governamentais e

internacionais, mas também a participação e cooperação dos empresários, dos trabalhadores, dos políticos, cientistas e intelectuais de todos os níveis (Ávila, 1996:142).

2.1.1 Dimensões do Desenvolvimento Sustentável

Monteiro (1981) considera a sustentabilidade um conceito dinâmico que engloba um processo de mudanças, e considera ainda que para se planejar o desenvolvimento é preciso considerar cinco dimensões de sustentabilidade¹:

- Sustentabilidade ecológica: consiste no uso intensivo dos recursos potenciais relativos aos diferentes ecossistemas em compatibilidade com sua mínima deterioração, devendo possibilitar que a natureza desenvolva novos equilíbrios, por meio de processos de utilização que respeitem o seu ciclo temporal.
- Sustentabilidade social: o sistema deve funcionar de forma que haja uma redução significativa nas desigualdades sociais. O desenvolvimento deve ser considerado na sua função multidimensional, abrangendo todo aspecto de necessidades materiais e não materiais.
- Sustentabilidade económica: o aspecto económico, deve estruturar-se em uma distribuição e gestão mais eficiente de recursos, e por um fluxo regular de investimento público e privado.
- Sustentabilidade cultural: promove o conceito de desenvolvimento sustentável, num sentido mais amplo de soluções personalizadas que respeitem as especificidades de cada ecossistema, de cada cultura e de cada local.
- Sustentabilidade espacial: busca a minimização da densidade geográfica, a ocupação desordenada da população, a concentração de actividades e a centralização do poder.

2.2 Importância da Preservação do Meio Ambiente

Embora o meio ambiente sempre tenha sido essencial para a vida, a preocupação com o equilíbrio entre a vida humana e o meio ambiente só assumiu dimensões internacionais a partir da década de 1960, com o avanço internacional da produção industrial e da degradação ambiental observados após a segunda guerra mundial (CMMAD, 1991:31).

¹ Artigo disponível em: <http://www.agenda21.petropolis.rj.gov.br>, acessado em 20 de junho de 2007

Um dos grandes marcos sobre a preservação ambiental para o futuro da humanidade foi realizado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (1991), que constatou em seu relatório "Nosso Futuro Comum " publicado em 1987, que os problemas de degradação do meio ambiente não resultam apenas do desenvolvimento económico. A partir das próximas décadas, elas serão gerados principalmente pelo agravamento do subdesenvolvimento económico e social do terceiro mundo.

O aumento da população e da produção vem acarretando uma necessidade cada vez maior e mais complexa de recursos naturais, que poderá pôr em risco a sobrevivência da terra. O " efeito estufa", derivado do maior uso dos recursos naturais, a destruição da camada de ozônio da atmosfera, e os danos causados pela poluição do ar matando árvores e lagos, podem transformar se numa tragédia para a humanidade. A destruição de florestas pode acarretar erosão, inundações e alterações climáticas localizadas. Os danos causados pela poluição do ar estão se tornando cada vez mais evidentes em alguns países industrializados. O lixo industrial pode representar um grave risco para a humanidade (Ávila, 1996:132-133).

A desertificação e o desflorestamento em larga escala são considerados uma ameaça aos ecossistemas regionais. A desertificação tem relação directa com as pessoas, a terra, e o clima. Ainda contribuem para este processo as pressões de produção de alimentos de subsistência, cultivos comerciais e produção de carne em áreas áridas e semi-áridas.

Deste modo, os ecossistemas do mundo tornam-se ameaçados pela destruição das florestas causando a extinção das espécies vegetais e animais, bem como a redução da diversidade genética. Estes acontecimentos privam as gerações futuras de fontes de pesquisa para remédios, e produtos químicos industriais além do empobrecimento da biosfera (Buffara, 2003:28-29).

Serra (2004:16) conclui que, o esforço de reduzir a degradação ambiental em todo mundo, depende um pouco de cada um de nós. Esse esforço, começa através da educação e pela limpeza da nossa casa, nossa rua, cidade e nosso País. A limpeza do ambiente em

que vivemos é a garantia de que as próximas gerações continuarão tendo uma casa limpa para habitação, “ o planeta terra”.

2.3 Meio Ambiente em Moçambique

2.3.1 Quadro legal²

O Governo de Moçambique define como objectivo central a erradicação da pobreza absoluta e o alcance do crescimento económico. A pobreza em Moçambique é tida como uma das principais causadoras da degradação ambiental e das desigualdades sociais. Deste modo, de acordo com Serra (2003), para se enfrentar o problema da pobreza absoluta em que vive a maioria da população urge que se introduzam princípios, metodologias e práticas de desenvolvimento sustentável no País.

A mobilização institucional de um órgão ambiental no País remota a meados da década 80, com a institucionalização da unidade de gestão ambiental. Em 1992 foi criado a Comissão Nacional do Meio Ambiente (CNMA) como parte das recomendações saídas da Conferência Nacional sobre Meio Ambiente. Esta instituição, foi posteriormente elevada a categoria ministerial e que veio dar lugar em 1994 a um órgão central do aparelho do estado-MICOA (decreto 2/94). Este órgão, de acordo com os princípios, objectivos e tarefas definidas pelo conselho de ministro, dirige a execução da política ambiental, coordena, assessora, controla e incentiva uma correcta planificação e utilização dos recursos naturais do País.

De acordo com este órgão, é dado adquirido que o desenvolvimento sustentável (justo, durável e equitativo) de um País só é possível se os esforços de desenvolvimento forem direccionados prioritariamente á satisfação das necessidades da sociedade como um todo, sem descurar as necessidades das gerações futuras, o que passa necessariamente por uma utilização e gestão correcta dos recursos naturais.

Assim, o programa do governo que foi aprovado no quinquénio 95/99 reconheceu que os recursos naturais são a base do desenvolvimento económico e social do País, necessitando estes de uma gestão adequada com vista a abster-se a sua degradação e ao consequente comprometimento das gerações presentes e vindouras. Deste modo, foi

aprovado a Política Nacional do Ambiente-PNA (resolução nº 5/95 de 3 de Agosto), como forma de reconhecimento da interdependência entre o desenvolvimento e o ambiente, cujo objectivo central é garantir o desenvolvimento sustentável do país.

A PNA tem como princípios:

- O homem é o componente importante do ambiente e é o principal beneficiário da gestão ambiental;
- Devem ser aplicadas leis, incentivos e desincentivos para a gestão ambiental;
- O poluidor deve repor a qualidade do ambiente danificado e/ou pagar os custos para a prevenção e eliminação da poluição por si causada;
- As comunidades locais devem beneficiar-se da distribuição dos recursos provenientes do uso racional dos recursos naturais;
- Deve-se reconhecer e valorizar o conhecimento tradicional das comunidades locais na gestão ambiental;
- Deve-se garantir a participação pública na tomada de decisão com impactos ambientais.

Com vista a garantir-se uma correcta gestão dos recursos naturais e fornecer um quadro legal para o tratamento da componente ambiental, foi aprovado a lei do ambiente (lei 20/97), que posteriormente viria dar lugar a criação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Sustentável (CONDES), tendo como objectivo garantir uma efectiva e correcta coordenação e integração dos princípios e das actividades de gestão no processo de desenvolvimento.

Outro importante documento que merece aqui ser destacado é o decreto nº 76/98, o qual aprova o regulamento sobre o processo de Avaliação do Impacto Ambiental (AIA). Este regulamento estabelece as normas de todo este importante processo de AIA, o qual inclui a componente do plano de gestão ambiental adstrito a cada actividade em curso, por forma a preservar os necessários aspectos ambientais.

3. Caracterização da responsabilidade social

3.1 Origem e evolução da responsabilidade social

O cenário da responsabilidade social empresarial é marcado pelo advento de mudanças significativas entre o Estado, a Sociedade Civil e as Empresas. A nova conjuntura de relações entre as três esferas vêm-se desenvolvendo em decorrência da inviabilidade do estado de bem-estar social o "welfare state", esfera esta que se configurou na história como a principal provedora dos serviços sociais aos cidadãos (Pfeifer, 2003:27).

Nas últimas décadas, o mundo vem se deparando com intensas transformações no mundo do trabalho com a globalização da economia, o desenvolvimento da tecnologia e o aumento da produtividade, ao mesmo tempo em que se agravam as situações de pobreza, violências, doenças e poluição ambiental. A lógica contraditória do capitalismo que colocou o planeta diante de problemas globais trás em seu bojo desafios na busca de soluções que vão depender da articulação de um "espectro mais amplo dos agentes económicos". Ibidem.

Mas foi em Andrew Cornege fundador da U.S. Steel, a quem se devem as principais referências. Andrew Cornegie, estabeleceu em 1899 em seu livro " O Envagelo da Riqueza" a abordagem clássica da responsabilidade social das empresas, baseado nos princípios de caridade e de custódia (Stoner e Freeman, 1985:72).

Princípios de caridade – doutrina da responsabilidade social que exige que os indivíduos mais ricos da sociedade auxiliem os membros menos afortunados da sociedade.

Princípio de custódia – Doutrina bíblica que exige que as empresas e os indivíduos ricos se vejam como guardiães, ou zeladores, mantendo suas propriedades em custódia para o benefício da sociedade como um todo.

Nas décadas de 1950 e 1970, os princípios de caridade e da custódia eram amplamente aceites nas empresas americanas, á medida que cada vez mais companhias passaram a admitir que "o poder traz responsabilidade. Até mesmo companhias que não subscreviam

esses princípios, perceberam que, se não aceitassem a responsabilidade social por sua livre vontade seriam forçadas a aceitá-las por imposição do governo. Muitas outras acreditavam que reconhecer as responsabilidades sociais era questão de "auto-interesse esclarecido" (Stoner e Freeman, 1985:72-73)

Na evolução da responsabilidade social, viveu-se momentos onde estudiosos acreditavam que cabia ao governo, igrejas, sindicatos e as organizações não-governamentais o suprimento das necessidades comunitárias através de acções sociais organizadas e não as corporações que na verdade precisavam satisfazer seus accionistas. *Ibidem*.

Nas décadas de 70 e 80 chegaram com a preocupação de como e quando a empresa deveria responder sobre suas obrigações sociais. Nestas décadas, a ética empresarial começou a desenvolver-se e consolidou-se como campo de estudo. Filósofos entraram em cena, aplicando a teoria ética e análise filosófica com o objectivo de estruturar a disciplina ética empresarial. Nos EUA, o escândalo Watergate, focalizou o interesse público sobre a importância no governo. Conferências foram convocadas para discutir as responsabilidades sociais e questões morais e ética no mundo de negócio. Surgiram centros com a missão de estudar esses assuntos.²

A doutrina se difundiu nos países europeus, tanto nos meios académicos como nos empresariais. Na Alemanha houve o rápido desenvolvimento do tema com cerca de 200 das maiores empresas do país integrando os balanços financeiros aos objectivos sociais. No entanto, o passo oficial para a formalização do assunto foi dado pela França, o primeiro país a tornar obrigatória a prestação de contas dos investimentos sociais das empresas que tivessem um número de funcionários superior a 300 empregados.³

Com uma maior participação dos actores na questão de responsabilidade social, o final da década de 1990 apresenta as discussões sobre as questões de ética e morais nas empresas, o que contribui de forma significativa para a definição do papel das empresas.

² Lourenço e Schroler. Vale Investir em Responsabilidade Social Empresarial? artigo disponível em: <http://www.ethos.org.br/comunidade-academica/premio-ethos-valor/trabalhos>. Acesso em: 10 Julho 2007.

³ *Ibidem*

3.1.1 Conceito de responsabilidade social

O conceito de desenvolvimento sustentável tem um componente ético-moral expresso através da preocupação da sociedade com a alta taxa de pobreza anual, e com o bem-estar das gerações futuras. Desta forma, do tripé do desenvolvimento sustentável há referência à sustentabilidade socio-económico e ambiental, de forma que o entrelaçamento entre as três permite um desenvolvimento ecologicamente correcto, socialmente justo e economicamente eficaz (Pfeifer, 2003).

Neste contexto, segundo Gaioto (2001:62)

O conceito de responsabilidade social corporativo vem consolidando-se como um conceito interdisciplinar, multidimensional e associado à abordagem sistémica focada nas relações entre os stakeholders⁴ associado directa e indirectamente ao negócio da empresa, incorporando à orientação estratégica das empresas e reflectida em desafios éticos para as dimensões económica, ambiental e social (Ashley, 2002).

A responsabilidade social é um modelo de gestão empresarial baseada em princípios e valores éticos, onde a empresa estabelece relações de reciprocidade e co-responsabilidade com todas as partes envolvidas em seus negócios. A empresa socialmente responsável é aquela que possui a capacidade de ouvir os interesses das diferentes partes e conseguir incorporá-los no planeamento das suas actividades, buscando atender as demandas de todos.

A organizavam neste sentido, assume obrigações de carácter moral, além das estabelecidas por lei, mesmo que não directamente vinculada as suas actividades mas que possam contribuir para o desenvolvimento sustentável dos povos.

De acordo com Grajew (2001), a responsabilidade social empresarial pode ser definida pela atitude ética e transparente da empresa em todas as suas actividades. Diz respeito às interacções da empresa com funcionários, fornecedores, clientes, accionistas, concorrentes, meio ambiente e comunidade (Ethos, 2001).

⁴ O conceito de stakeholders é formado pelo conjunto de accionistas, funcionários, prestadores de serviços, fornecedores, consumidores, comunidade, governo e meio ambiente, das quais a empresa mantém relações.

Actualmente, a intervenção dos diversos actores sociais exige das organizações uma nova postura consistente com valores éticos que promovam o desenvolvimento sustentável da sociedade como um todo. Estas ideias são reforçadas pelo Instituto Ethos(2001), que ao definir a responsabilidade social afirma que:

A questão da responsabilidade social vai portanto além da postura legal da empresa, da prática filantrópica ou do apoio à comunidade. Significa neste caso, mudança de atitude numa perspectiva de gestão empresarial com foco na qualidade das relações e na geração de valor para todos.

A acção socialmente responsável da época do "welfare state", era basicamente filantrópica. Para Melo Neto e Froes (2001), a responsabilidade social era a " acção caridosa típica dos capitalistas do início do século, que utilizavam filantropia como forma de expiação dos seus sentimentos de culpa por obterem lucros fáceis."

Provavelmente, por isso a responsabilidade social ainda hoje é comumente confundida com filantropia ou caridade. Melo Neto e Froes (2001) diferenciam a filantropia da responsabilidade social assim:

A filantropia é individualizada, pois a atitude e a acção são do empresário. A responsabilidade social é uma atitude colectiva e compreende acções de empregados, directores e gerentes, fornecedores, accionistas e até mesmo clientes e demais parceiros de uma empresa. É portanto, uma soma de vontades individuais e reflectem num consenso. A responsabilidade social é uma acção estratégica da empresa que busca retorno. A filantropia não busca retorno algum, apenas o conforto pessoal e moral de quem a pratica" (Melo Neto e Froes, 2001:28).

Uma definição de responsabilidade social corporativa que caracteriza bem como esta é entendida hoje é a de Fernando Almeida, citado por Melo Neto e Froes (1999:88). Para Almeida, "Responsabilidade social corporativa é o comprometimento permanente dos empresários de adotar um comportamento ético e contribuir para o desenvolvimento económico, melhorando simultaneamente, a qualidade de vida de seus empregados e de suas famílias, da comunidade local e da sociedade como um todo"

Para Ashley (2002:45), trata-se do compromisso contínuo nos negócios, pelo comportamento ético que contribua para o desenvolvimento económico, social e ambiental, pressupondo a realização de decisões empresariais que sejam resultado da reflexão sobre seus impactos sobre a qualidade de vida actual e futura de todos que sejam afectados pela operação da empresa ⁵

Par efeitos do presente trabalho, a responsabilidade social será baseada na definição dada por Ashley (2002) pois esta incorpora a questão do compromisso que as empresas devem ter no desenvolvimento de suas actividades não buscando somente o lucro mas sim, assumindo responsabilidades sobre os possíveis impactos que suas acções trarão para os demais que os rodeiam e por conseguinte para as gerações futuras.

3.1.2 Características de uma empresa socialmente responsável

Diversos conceitos de responsabilidade social foram expostos na secção anterior, porém, ainda não se falou que atitudes tomar para ser socialmente responsável, de como se materializa a responsabilidade social corporativa. Assim, de acordo com o artigo *Tudo Pelo Social*⁶, uma empresa socialmente responsável é aquela que:

1. COMUNIDADE

- Recruta funcionários em comunidades carentes,
- Estimula o trabalho voluntário,
- Apoia acções sociais,
- Usa serviços de organizações comunitárias.

2. TRABALHADORES

- Contrata pessoas com experiências e perspectivas diferentes,,
- É flexível e oferece ajuda para as soluções de problemas,
- Ajuda a pôr os filhos dos funcionários na escola.

⁵ Disponível em: <<http://www.alternex.com.br/~patiagpucurio/apresentação.html>>. Acessado em: 16 junho 2007.

⁶ Arturo disponível em: www.portal-rp.com.br/bibliotecavirtual/responsabilidadesocial/0076.htm, acessado em 5 de Agosto de 2007.

3. MEIO AMBIENTE

- Faz uma auditoria verde⁷,
- Cria um código de reciclagem,
- Usa iluminação inteligente e instala acessórios para a economia de água,
- Promove o uso de transporte alternativo.

4. CONSUMIDORES

- Respeita a privacidade dos clientes,
- Utiliza anúncios que transmitem modelos positivos e hábitos saudáveis,
- Disponibiliza o maior número de informações possíveis para o consumidor.

5. FORNECEDORES

- Evita negociar com empresas que não são éticas,
- Estimula os seus parceiros a contribuírem em causas sociais.

Para Sour (1998) uma empresa socialmente responsável caracteriza-se por⁸:

- Parceria efectiva com clientes e fornecedores, gerando produtos de qualidade e assegurando durabilidade e preços competitivos.
- Supõe contribuições para o desenvolvimento da comunidade (via projectos que aumentem o seu bem-estar), além de investimentos em pesquisa tecnológica para inovar processos e produtos, e para melhor satisfazer os clientes e usuários.
- Exige a conservação do meio ambiente através de intervenções não predatórias e através de medias que evitem externalidades negativas.⁹

⁷ Auditoria verde- termo ligado ao marketing e equivale á auditoria ambiental ou seja, corresponde a análise dos processos e produtos da empresa para avaliar o efeito da degradação do meio ambiente.

⁸ Responsabilidade Corporativa para quem? - artigo disponível em : www.ietc.com.br, acesso em 16 de Agosto de 2007.

⁹ Entende-se por externalidades negativas como sendo qualquer consequência negativa da actividade da empresa que a mesma permita que ultrapasse os "limites da fábrica". Ex: é o caso de um agricultor que cuida mal de seus campos e deixa proliferar ervas daninhas que invadem plantações de seus vizinhos; de uma fabrica mal-cheirosa que incomoda todo um bairro.

- Requer desenvolvimento profissional dos trabalhadores e participações delas em decisões técnicas, inversões em segurança no trabalho, em melhores condições de trabalho e em benefícios sociais.
- Preserva a não discriminação e o tratamento equânime para as muitas categorias sociais que habitam nas organizações.

3.1.3 Dimensões da responsabilidade social

O conceito de responsabilidade social não está suficientemente consolidado, sendo visto por diferentes ângulos, já que apresenta uma dimensão múltipla e suscita uma série de interpretações.

Autores como Melo Neto e Froes (2001:78) afirmam que, a responsabilidade social engloba um conjunto de vectores que direccionam o processo de gestão empresarial para o fortalecimento da dimensão social da empresa: apoio ao desenvolvimento da comunidade onde actua, preservação do meio ambiente, investimento no bem-estar dos funcionários e seus dependentes, comunicações transparentes, retorno aos accionistas, sinergia entre os parceiros e satisfação dos clientes e consumidores.

De acordo com Santos (2005), o entendimento da responsabilidade social empresarial pressupõe o conhecimento dos vectores ou dimensões onde se vai actuar, das quais as acções internas e as acções externas.

As acções internas focalizam o público interno da empresa, seus funcionários e dependentes, tendo como objectivo motivar os empregados para otimizar o seu desempenho, criar um ambiente agradável de trabalho e contribuir para o seu bem-estar.

As acções externas têm como foco a comunidade mais próxima da empresa ou local onde está situada. As principais áreas de actuação são: educação, saúde, assistência social e ecologia. E utilizam como principais investimentos: as doações as pessoas físicas e jurídicas, os programas de voluntariado, das quais participam seus empregados e fornecedores, e as parcerias com o governo, ONG's e a sociedade civil em diversos programas e projectos sociais. O principal retorno deste tipo de acção é o retorno social

propriamente dito, o retorno de imagem, publicitário e conseqüentemente o retorno para os accionistas (Santos, 2005:31).

3.2 Benefícios advindos da prática da Responsabilidade Social

Cada vez mais se valoriza a consciência de que uma gestão socialmente responsável pode trazer inúmeros benefícios às empresas. Melo Neto e Froes (2001:78) afirmam que, uma empresa exerce plenamente sua responsabilidade social empresarial quando possui uma gestão eficaz de responsabilidade social empresarial tanto com relação ao seu público interno (beneficiários internos) quanto ao externo (beneficiários externos).

As relações construídas com os públicos interno e externo, de forma a satisfazer suas necessidades e seus interesses, geram valor para todos, asseguram a sustentabilidade no longo prazo dos negócios, por estarem sincronizados com as novas dinâmicas que afectam a sociedade e o mundo empresarial.

Benefícios para as empresas

O Instituto Ethos¹⁰ (2000) acredita que para aquelas empresas que incorporarem os princípios de responsabilidade social e os aplicarem correctamente (sem a intenção de divulgação da empresa ou como uma forma compensatória), alguns resultados podem ser sentidos:

- Em imagem e em marca, pelo fortalecimento da fidelidade a marca e ao produto;
- Em retorno publicitário, advindo da mídia espontânea¹¹. Empresas que promovem acções socialmente responsáveis recebem atenção da mídia porque se direccionam para atender problemas que são de interesse de toda a sociedade;
- Maior lealdade com o consumidor;
- Maior capacidade de recrutar e manter talentos;

¹⁰ O Instituto Ethos é me organização não-governamental brasileira criada em 1998 com o objectivo de ajudar os empresários a compreender a importância de incorporar o conceito de responsabilidade social no quotidiano da sua gestão.

¹¹ Considera-se mídia espontânea a exposição obtida pela empresa de forma espontânea, isto é, não paga os meios de comunicação.

- Em tributação, com a possibilidade de isenções fiscais em âmbito municipal, estadual, e federal para as empresas patrocinadoras ou directamente para os projectos;
- Em produtividade e pessoas, pelo maior empenho e motivação dos funcionários. O aumento da produtividade é o maior retorno obtido pela empresa em todo este processo de gestão de investimentos sociais;
- Ganhos sociais, pelas mudanças comportamentais da sociedade.

Segundo Melo Neto e Froes (2001), a satisfação dos stakeholders com as empresas socialmente responsáveis favorece a divulgação de suas marcas:

Clientes de empresas socialmente responsáveis sentem orgulho de comprar daquela empresa e os fornecedores, governo e sociedade sentem-se orgulhosos em serem parceiros da empresa. Além da empresa poder beneficiar-se de comunicar sua marca positivamente para potenciais clientes e a opinião pública em geral.

Benefícios para os empregados

- Para os funcionários possibilita a prática de novas funções e o desenvolvimento de habilidades pessoais e profissionais e fortalece o espírito de equipe;
- Melhora a qualidade de vida com reflexos positivos na sua família;
- Diminuição dos gastos com saúde pois, estes se tornam mais imunes às doenças profissionais em especial ao stress;
- Maior integração social do empregado e sua família e de ambas as comunidades.

Benefícios para a comunidade

Este segmento pode ser considerado o maior beneficiário das acções sociais geradas pelas empresas. E é por isso que Melo Neto e Froes (2002:171) denominam de retorno social propriamente dito.

Tais benefícios traduzem-se na solução dos problemas sociais existentes na comunidade ou na diminuição das carências sociais existentes. E a empresa ao exercer a sua responsabilidade social torna-se verdadeiramente uma empresa cidadã. Das acções sociais

surgem os meios de satisfação das demandas sociais da comunidade. A empresa assume-se assim de promotora do desenvolvimento social (Silale, 2005:22).

O conjunto de todas essas modalidades de retorno dos projectos sociais constitui o que se denomina de retorno social institucional que ocorre quando a maioria dos consumidores privilegia a empresa de investir em acções sociais, e o desempenho da empresa obtém o reconhecimento do público. Portanto, o retorno social corresponde aos ganhos materiais e imateriais obtidos pela empresa investidora que canaliza recursos para os projectos sociais e acções comunitárias de interesse da comunidade e do governo local. Ibidem.

CAPÍTULO III: METODOLOGIA

Neste capítulo apresenta-se o referencial metodológico que direccionou o processo de pesquisa, ou seja, os procedimentos ou critérios adoptados nas diferentes etapas, desde a selecção da empresa, o levantamento dos dados, a fase do trabalho de campo, a definição da amostra, bem como a limitação do estudo.

Seleccção da empresa

O procedimento técnico utilizado para a realização do presente trabalho é classificado por estudo de caso. O estudo de caso teve como objectivo analisar o posicionamento da Mozal em relação ao Desenvolvimento Sustentável, com ênfase na responsabilidade social e ambiental bem como o impacto de suas acções na sociedade. Uma vez que a empresa apresenta uma estrutura dual, para dar resposta aos objectivos pretendidos foi analisado o papel desempenhado pela fábrica na protecção do meio ambiente e na promoção do bem-estar social através daquele que é seu órgão para tratar de questões sociais: a Associação Mozal para o Desenvolvimento da Comunidade (AMDC).

Para a selecção da empresa, primeiramente foram feitos contactos com pessoas que tivessem um amplo conhecimento do tema a ser abordado afim de saber-se quais instituições estariam dentro do perfil para o desenvolvimento do trabalho. Constatou-se inicialmente a presença de várias possíveis empresas para o estudo. Entretanto, certas condições eram indispensáveis para a realização da pesquisa. Era necessário uma empresa que abrangesse tanto a questão ambiental como a social dentro do desenvolvimento das suas actividades. Percebeu-se alguma dificuldade porque, muitas empresas estão viradas apenas para projectos de protecção ambiental ou social. Foi mediante esta constatação que surgiu o interesse de pesquisar a empresa em estudo.

Seleccionado a empresa, foram realizados contactos com o senhor Tomás Rungo (responsável para área dos Recursos Humanos), a fim de se certificar sobre a possibilidade ou não da realização do estudo. Depois de confirmado o estudo foi elaborado o questionário para as entrevistas.

Para analisar-se a responsabilidade social e ambiental da Mozal, foi empregue neste estudo sob o ponto de vista metodológico a pesquisa bibliográfica e documental e a pesquisa de campo.

Levantamento dos dados

A realização do presente estudo obedeceu a duas etapas nomeadamente:

- A primeira etapa foi mediante uma pesquisa exploratória baseado na pesquisa bibliográfica e documental.

A pesquisa bibliográfica foi realizada mediante consulta de livros que versam sobre o assunto ora em estudo. Foram também consultados trabalhos de dissertação disponíveis na internet, artigos científicos, revistas. A pesquisa documental envolveu a consulta de documentos da empresa e relatórios que versão sobre o assunto em estudo.

Fase do trabalho de campo

A segunda fase para a realização do presente estudo foi mediante entrevista semi-estruturada tida como instrumento de colecta de dados. A entrevista semi-estruturada obedeceu a elaboração de um questionário que possibilitasse a fundamentação do referido estudo. O questionário elaborado possibilitou a inclusão de questões relacionados com:

- O posicionamento da Mozal em relação ao Desenvolvimento Sustentável,
- Os investimentos sociais realizados pela empresa bem como as realizações sociais.
- E os possíveis impactos causados ao ambiente, bem como os procedimentos de mitigação.

Ainda nesta fase, foi feita a observação directa de alguns projectos financiados pela empresa com vista a se ter ideia da dimensão da preocupação da empresa com esta componente do Desenvolvimento Sustentável.

Definição da amostra

O presente estudo baseou-se numa amostragem não-probabilística e intencional uma vez que, a escolha dos respondentes do questionário foi feita de acordo com os objectivos a

que se pretendiam alcançar. Para a obtenção dos dados optou-se por uma entrevista semi-estruturada na qual elaborou-se um questionário tido como instrumento de colecta de dados. Foram entrevistados o Dr. da AMDC (o Sr. Alcídio Maússe), o Coordenador dos Projectos Sociais (o Sr. Salvador Traquino), o Sr. Tomás Rungo, o Sr. Rito Muchanga. Dada a dificuldade em aceder aos dados da fábrica, a informação relativa a parte ambiental foi fornecida pelo auditor para área ambiental do MICOA (o Sr, Guimarães).

Limitação do estudo

A grande limitação do estudo foi referente a obtenção dos dados da fábrica (fundição), pois mesmo depois de se ter confirmado sobre a possibilidade da realização do estudo e do envio do respectivo questionário das entrevistas, os entrevistados mostravam-se indisponíveis, tendo se recorrido ao MICOA para a obtenção dos dados referentes a componente ambiental.

CAPÍTULO IV: ESTUDO DE CASO

4. Caracterização da empresa em estudo

4.1 MOZAL

A Mozal, empresa de fundição de alumínio localiza-se no distrito de Boane mais concretamente em Beluluane a 17 km da cidade de Maputo. Nasceu com o estabelecimento das zonas francas industriais no contexto de iniciativas desenvolvidas pelo governo no âmbito do Programa de Incentivo ao Investimento, e teve como requisitos para a sua qualificação a criação de emprego para trabalhadores nacionais e produção para exportação (100% do produto deve ser exportado) (AMDC, 2003:10).

De acordo com a revista 100 Maiores Empresas (2006), a Mozal emprega actualmente cerca de 1100 trabalhadores permanentes e cerca de 900 contratados. Destes, cerca de 95% são trabalhadores moçambicanos.

Segundo a revista Xitimela (2000), a Mozal reúne importantes actores das finanças e indústrias do mundo inteiro, demonstrando a sua confiança em relação à África Austral, com particularidade para Moçambique, e o seu funcionamento, para além de ter imprimido um salto qualitativo no crescimento da economia nacional, teve um impacto social positivo nas comunidades vizinhas através de benefícios como escolas, centros de saúde, maternidade, abertura de fontes de água, centros de produção agrícola, facilidades desportivas, entre outros.

A Mozal, representa um investimento global da ordem de 1.3 mil milhões de dólares, tem como principais accionistas a BHP billiton com 47% de origem britânica, a Mitsubish do Japão com 25%, a Sociedade para o Desenvolvimento Industrial com 24%, e o governo Moçambicano com 4%. A Mozal é considerada o maior investimento privado feito em Moçambique no pós-Independência (www.ccpm.pt/rev.27).

Com início de produção de lingotes de alumínio em 2000, utilizando a tecnologia AP30 da Penchiney, possuía uma capacidade para produzir 250 mil toneladas de alumínio/ano,

e com a expansão da fase II em 2003 permitiu o aumento da produção de lingotes de alumínio para 523 mil toneladas. Ibidem.

4.1.1 Associação Mozal para o Desenvolvimento da Comunidade

A Associação Mozal para o Desenvolvimento da Comunidade (AMDC), foi criada em 16 de Julho de 2000 e, está em pleno exercício desde Janeiro de 2001. Ela, constitui por excelência a instituição encarregue pela implementação de acções de desenvolvimento nas comunidades circunvizinhas de que a Mozal e outros parceiros são financiadores.

A associação Mozal tem como princípios:

- Alinhar as iniciativas de desenvolvimento com as dos governos centrais, provincial e local, como forma de combater a pobreza absoluta no quadro do plano de acção de Redução da Pobreza Absoluta (PARPA).
- Adoptar um papel catalisador no estabelecimento de projectos - piloto que podem ser replicados em outras áreas,
- Formar parcerias como forma de obter resultados sustentáveis,
- Envolver todas as partes interessadas relevantes a todos os níveis do Governo, ONG's, estruturas comunitárias, o sector privado, para se obterem resultados positivos nas condições estabelecidas.

Em nome da fundição Mozal, a AMDC está a cumprir o papel de responsabilidade social empresarial, que se traduz no apoio multiforme às comunidades situadas num raio de 20 km em relação à fundição. São também consideradas algumas actividades fora deste raio.

4.2 Desenvolvimento sustentável e responsabilidade social

Focado no conceito de Desenvolvimento Sustentável, a Mozal vê-se preocupado com as gerações futuras, com o meio ambiente. A empresa criou um órgão para fazer face às questões sociais, a AMDC. Visando reduzir o impacto ambiental, a empresa efectua uma doação de plantas a cada criança na comunidade, que para além de gerar sombra e frutas contribui para o sequestro do carbono (até 2006 foram doados cerca de 18.612 plantas).

Segundo o seu director, a associação Mozal durante os seus seis anos de operação já investiu mais de catorze milhões de dólares americanos na comunidade. Deste total, são

disponibilizados anualmente para projectos de desenvolvimento comunitário cerca de cinco milhões de dólares americanos. Das cinco áreas que compõe o campo de actuação da associação, a área de infra-estruturas é a que consome maior fatia do orçamento global (cerca de 1/3) ficando a diferença para as restantes áreas.

Dado que a associação funciona de forma independente da Mozal, o seu pessoal administrativo depende do orçamento afecto á associação. Deste modo, 20% do seu orçamento anual destina-se ao pessoal administrativo e, os 80% respondem ás necessidades sociais da comunidade.

Os projectos de que a comunidade se beneficia são feitos numa base de coordenação entre a associação, a comunidade, o governo local e os líderes comunitários. E uma vez por ano é realizado um conselho consultivo afim de serem apresentados diferentes propostas de projectos, onde são seleccionados um total de cinquenta. Segundo o seu director, este critério revela-se eficaz pois, além de permitir um contacto directo com a comunidade possibilita que estas expressem as suas reais necessidades.

Estes projectos, recaem directamente na comunidade circunvizinha. Esta comunidade, encontra-se situada num raio de 20 km da fundição até a vila de Boane.

4.2.1 Áreas de Actuação e acções sociais desenvolvidas

De modo a cumprir a sua responsabilidade social, a AMDC está a monitorar projectos divididos em cinco áreas chaves, nomeadamente:

1. Infra-estruturas comunitárias,
2. Educação e Formação,
3. Saúde e Meio Ambiente,
4. Desenvolvimento de Pequenos Negócios,
5. Desporto e Cultura.

1. Infra-estruturas comunitárias

Nesta área, a associação tem vindo a apoiar na construção de infra-estruturas diversas como: o acesso a água potável, construção de escolas, apoio aos serviços de saúde, etc.

- Acesso a água potável

Para minimizar o problema de falta de água, foram instalados 30 cisternas de água nos bairros situados a 20 km da fundição, elevando deste modo para 33.

- Construção de escolas

Foram construídas durante este período 25 salas de aulas nas escolas primárias da comunidade, para além de 1 escola secundária e instituto industrial. O projecto de construção da escola secundária comporta 16 salas de aulas, 1 Edifício composto por três laboratórios-Química, Física e Biologia, 1 Bloco Administrativo, 1 Sala de Computadores, 1 Biblioteca, Cantina, Auditório e um Campo Desportivo Polivalente. A mesma tem uma capacidade de albergar cerca de 2400 alunos.

- Apoio a Maternidade de Beluluane e Centro de Saúde Infantil

A AMDC construiu e equipou uma maternidade e um bloco de serviços materno-infantil no Centro de Saúde de Beluluane. Para dar continuidade ao melhoramento das infra-estruturas do Centro de Saúde de Beluluane, foi construído um bloco de serviços de clínica geral e um bloco que comporta a farmácia e laboratório.

2. Educação e formação

Tomando em conta que a educação constitui um elemento basilar na luta contra a pobreza, a AMDC tem apoiado escolas primárias, secundárias, industrial e comercial através:

- Distribuição de material gratuito, máquinas fotocopiadoras, doação de computadores.
- Apoio a cerca de 280 professores através de cursos de capacitação intensiva em áreas como informática, capacitação pedagógica e formação de educadores sobre HIV e SIDA com vista a prepará-los para a disseminação de informação e matéria nas salas de aulas.
- Ainda nesta área, a associação vem financiando cerca de 96 bolsas para estudantes de diferentes Universidades.

3. Saúde e Meio Ambiente

Reconhecendo que o sector da saúde enfrenta problemas na luta contra a malária, a Associação Mozal integrou-se no projecto de “Iniciativa de Desenvolvimento Espacial dos Libombos” (IDSL), que teve inicio em finais de 2000 por parceria entre os governos de Moçambique, Suazilândia e África do Sul, com vista a desenvolver a região dos Libombos para que esta seja uma zona económica competitiva a nível global.

O programa de combate à Malária possui duas vertentes: Fabrica e Empregados, e a comunidade local.

Em relação a vertente Fábrica e Trabalhadores, o programa visa:

- Fumigação no interior da fábrica e habitações e eliminação de focos de reprodução de mosquitos no local e zonas circunvizinhas, num raio de 1.5km da fabrica,
 - Distribuição de repelente de mosquitos em toda a fábrica,
 - Campanhas de sensibilização contínua sobre os sintomas, tratamento e prevenção da malária,
 - Tratamento dos empregados diagnosticados com malária na clínica de saúde ocupacional, reduzindo portanto o foco de infecção na comunidade,
 - Promoção do uso de redes mosquiteiras nas cama e repelente através de ofertas e subsídios.
-
- Combate ao HIV/SIDA

O programa de combate ao HIV/SIDA consiste na:

- Disseminação de informação básica bem como na educação técnica e social sobre HIV e SIDA.
- Foram treinados 35 candidatos internos como educadores de pares e juntos com mais de 15 oficiais de controle total de epidemia prestaram serviços de aconselhamento obrigatório sobre SIDA a todos os trabalhadores.
- Formação aos seus trabalhadores de modo a prevenirem infecções assim como ensinarem aos seropositivos a viverem uma vida saudável. A Mozal, encoraja

também a testagem voluntária de forma a que cada trabalhador conheça o seu estado de HIV.

Ainda no âmbito da saúde, foi doado o equipamento cárdigo vascular ao Hospital Central de Maputo (HCM),

Em relação à comunidade o programa visa a redução da incidência da malária que consistiu na pulverização de todas as estruturas dentro dos 20 km do raio em volta da fábrica, e distribuição de 10.478 redes mosquiteiras impregnadas com insecticidas no seio da comunidade. O programa de fumigação contra o mosquito causador da malária resultou na redução da incidência do índice de malária de 86.8% para 8% em 2005 (AMDC, 2003/5).

4. Desenvolvimento de Pequenos Negócios

Como forma de minimizar a escassez de postos de trabalho, a AMDC tem vindo a apoiar pequenos empresários e associações, redimensionando as suas actividades com a finalidade de fazer com que haja maior absorção de mão-de-obra:

- Tal apoio consiste na criação de animais de pequena espécie (frangos e cabritos), no treinamento dos camponeses sobre novas técnicas de cultivo, uso e aplicação de fertilizantes, encorajar a venda de excedentes agrícolas, e a promoção de comercialização da produção.
- Destaca-se também programas de micro empresas, a construção do mercado de Beluluane como forma de intensificar o negócio nas comunidades em volta da fábrica. Este programa beneficia cerca de 1.910 membros da comunidade.

5. Desporto e Cultura

A associação tem apoiado o desenvolvimento do desporto na comunidade como forma de ajudar o desenvolvimento físico e mental das crianças. Diferentes modalidades têm sido desenvolvidas nas diferentes escolas sob seu patrocínio com destaque para o voleibol, futebol, basquetebol, e actividades culturais (artes e artesanato).

4.2.2 Impactos Ambientais gerados pela Indústria de Alumínio

Esta secção objectiva apurar os possíveis impactos causados ao meio ambiente como consequência dos diferentes processos e produtos utilizados na produção de alumínio, bem como as medidas preventivas usadas para o efeito¹².

A Mozal é uma indústria que se dedica a produção de alumínio, através de processos electrónicos, usando como fundante o flúor. Previamente à implantação da fábrica, foram elaborados estudos de impacto ambiental e produzidos os respectivos relatórios.

A alumina,¹³ carvão de coke e alcatrão (*pitch*), chegam ao porto da Matola de navio e depois de descarregados são armazenados em silos e tanques respectivos. A alumina e o coke (carvão), são transportados por meio de um tapete rolante enquanto o alcatrão é transportado por meio de tubos de sucção. Durante este processo, e aquando da realização da auditoria pelo MICOA, foi possível identificar poeiras de alumina e de coke ao longo da área de descarregamento do porto e nos pilares por onde passa o tapete rolante bem como no piso do porto.

Constatou-se também que, enquanto a Mozal descarregava e transportava as matérias primas, próximo do local a uma distância de 20m, a empresa STEMA igualmente descarregava cereais que são transportados por telas transportadoras. Observou-se nesta altura a ausência de estudos e relatórios de monitorização que assegurassem a não mistura e possível contaminação de tais produtos que não são compatíveis.

Chegados á fábrica, o material é descarregado para armazenamento e neste processo, verificam-se poeiras negras de carbono nas áreas da fábrica (bake furnace II), incluindo nas folhas das árvores próximas do local e em redor. Durante este processo, não foram identificados mecanismos adequados para a sua minimização.

¹² Esta secção foi baseada em Micoa: relatórios de auditoria ambiental (vários).

¹³ Alumina - óxido de alumínio refinado apartir do minério da bauxite, e serve como matéria-prima para a fundição do metal de alumínio (glenns@superig.com.br).

Dada a natureza da actividade e da característica das matérias primas, os materiais são transportados por telas transportadoras e o despoeiramento é feito por meio de aspiradores. Contudo, foi possível identificar poeiras de coke (carvão) ao longo da água, que seriam minimizados com a implantação de medidas rígidas de limpeza e ou alternativas de despoeiramento, para além de se ter constatado uma área contendo coke resultante de ânodos rejeitados para a reciclagem com tendência a dispersarem se na área sem que haja uma barreira que evite o seu araste em períodos de chuva.

Os ânodos¹⁴ são depositados no solo próximo dos silos de coque e na área identificada como *vacum parkin área*, sem que esses locais sejam para a deposição destes materiais.

Os gases (dióxido de carbono e fluoretos etc), fumos (resultantes da combustão dos combustíveis fósseis) e partículas resultantes da fundição de ferro são extraídos e expolidos através de uma chaminé para a atmosfera sem prévio tratamento. O tubo de extracção, não encontrava-se completamente fechado, este facto contribui para que haja um escapamento de gases, fumos e partículas para a fundição e para a atmosfera.

Foram identificados dois trabalhadores a circularem na fábrica sem respiradores, o que contradiz com os procedimentos de operação, que dão conta que devido as emissões na área, respiradores deverão ser usados de forma obrigatória. Os óleos usados que no passado eram transportados para África do Sul pela Interwast, são doados a uma empresa como combustível nos fornos da fábrica. A prática de queimar o óleo usado nos fornos poderá desenvolver poluentes sob outro estado físico na atmosfera.

A gestão dos lixos saídos da Mozal é feita pela Enviroserve (uma operadora contratada para o efeito). Mas observa-se neste processo de entrega dos lixos que, as guias de entrega não descrevem as características físicas nem a indicação da perigosidade do lixo no espaço reservado para o efeito.

¹⁴ Ânodos são blocos de carbono que servem como eléctrodos positivos no processo de fundição (glenns@superig.com.br).

Em relação à gestão ambiental, segundo MICOA, os parâmetros dos diversos componentes ambientais afectados pelo projecto estão dentro dos limites previstos. A Mozal, tem como base nos seus processos produtivos os padrões do Banco Mundial e estão muito abaixo de 50% de emissão de flúor.

Foram constatadas as seguintes medidas preventivas:

- Colocação dos sistemas de filtro de gases nas chaminés,
- Reforço de medidas preventivas de modo que durante o processo de operação os trabalhadores não circulem sem respiradores,
- O processo de despoeiramento é feito por meio de aspiradores.

4.3 Análise dos Resultados

De acordo com o exposto na fundamentação teórica o desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento que atende as necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as gerações futuras satisfazerem suas próprias necessidades. Focado neste conceito, é possível verificar uma crescente preocupação da Mozal no alcance de um desenvolvimento benéfico para as comunidades circunvizinhas, no que tange à questão social. Este facto, poderá ser visto através do volume de investimento disponibilizado e nos projectos sociais realizados pela empresa em benefício da comunidade.

Embora o objectivo proposto na pesquisa destaque a responsabilidade social e ambiental, é importante ressaltar o facto de que para alcançar um desenvolvimento sustentável, além das variáveis ambientais e sociais outros aspectos como os económicos, culturais e espaciais devem ser igualmente considerados.

Em relação à componente ambiental, muito embora o MICOA considere que os parâmetros dos diferentes componentes ambientais afectos pelo projecto estão dentro dos limites previstos (a Mozal tem como base nos seus processos produtivos os padrões do Banco Mundial, e operam muito abaixo de 50% das emissões de flúor) tornar se importante analisar sobre as possíveis consequências que suas acções trarão para o futuro

das gerações vindouras para depois verificar o seu comprometimento com o desenvolvimento sustentável.

É importante ressaltar que, a cadeia de produção de alumínio impõe riscos à saúde de diversa natureza aos trabalhadores, pois, estes estão expostos à diversos produtos químicos (envenenamento por fluoretos). Os sintomas abrangem osteosclerose (endurecimento dos ossos), problemas no seio da pele, perfuração do septo nasal, dores torácicas, tosses, distúrbios de tiróide, anemia, vertigens, fraqueza e náuseas. Estudos realizados dão conta que, os trabalhadores das fundidoras têm uma probabilidade maior de morrerem de canceres de estômago, rim e próstata, para além do câncer de pulmão e bexiga em decorrência do *pitch* de alcatrão de hulha utilizado nas fundidoras (glenns@superig.com.br).

O facto de alguns trabalhadores terem sido encontrados a circular na fundidora sem respiradores, mostra o quanto os mesmos estão expostos às doenças acima mencionadas. Este facto contradiz com os pressupostos segundo os quais é, preciso adoptar a todos os indivíduos igual oportunidade de sobrevivência, o que passaria pela introdução de mecanismos rígidos que contribuam para o controle da saúde dos trabalhadores.

Outro facto que merece ser retractado é a questão dos gases e partículas suspensas pelas chaminés. Dentre os gases libertados pelas chaminés destacam-se (dióxido de enxofre, dióxido de carbono, etc.). Os gases e partículas libertados pelas chaminés acumulam-se no meio ambiente e a longo prazo poderão contribuir para o aquecimento global do planeta.

A alumina possui substâncias químicas perigosas e nocivas á saúde. Deste modo, a suspensão de partículas de alumina nas áreas do porto e a existência de poeiras em árvores poderão gerar elevados impactos económicos e sociais: contaminação das águas do mar pondo em risco a sobrevivência de espécies marinhas e até da saúde pública, e a desvalorização das áreas de recreação. Uma possível contaminação dos cereais descarregados no porto por partículas de alumina e poeiras, poderá pôr em causa a saúde

humana e minar os processos de desenvolvimento no País. Outro aspecto tem a ver com a desvalorização das áreas de cultivo e por conseguinte a improdutividade dos solos.

É importante ressaltar que a população residente encontra-se muito exposta a diversas doenças (tosses, bronquites, etc.) em decorrência da suspensão destas partículas, se tomarmos em consideração a distância que os separa da fábrica.

CAPÍTULO V: CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

5.1 Conclusões

Analisados os factos acima expostos, constatou-se que, a Mozal tem desempenhado um importante papel no plano social. A empresa, criou em 2000 a associação Mozal para o Desenvolvimento da Comunidade, órgão este responsável pela implementação da política social. Ainda no que diz respeito ao compromisso para com a sociedade na qual está inserido, a AMDC desenvolve projectos em cinco áreas sociais nomeadamente: Infra-estruturas comunitárias, saúde e meio ambiente, desenvolvimento de pequenos negócios, desporto e cultura, e educação e formação, além de disponibilizar anualmente cerca de cinco milhões de dólares para fazer face aos projectos mencionados.

No entanto, a empresa (MOZAL) emite gases para a atmosfera tais como (dióxido de enxofre, e dióxido de carbono etc). Nas áreas de descarregamento do porto e na fábrica (a quando da descarga da matéria prima) verificam-se partículas de alumina e de coque e poeiras negras de carbono em suspensão bem como, em algumas folhas das árvores em redor da fábrica, para além de alguns trabalhadores terem sido encontrados a circular sem respiradores. Os acúmulo destas componentes na atmosfera poderão a longo prazo contribuir para o aquecimento global do planeta e para a formação da chuva ácida.

Deste modo, segundo Cavalcante (2001), uma política de desenvolvimento sustentável deve estar envolvida em evitar tudo o que ameace o funcionamento normal do ecossistema em longo prazo e a biosfera da economia, assim como a ineficiência do lixo, a poluição, o uso abusivo dos recursos naturais renováveis e a dissipação dos recursos não renováveis. Em contrapartida deve promover o emprego, o bem-estar e um meio ambiente saudável.

Entretanto, os acções de higiene, segurança no trabalho não estão a ser aplicados de forma sustentável. Da análise feita pode-se constatar que as acções desenvolvidas pela empresa poderão pôr em causa o futuro das gerações vindouras. Conclui-se que, a empresa em estudo não estaria a contribuir para o desenvolvimento sustentável.

5.2 Recomendações

- Recomenda-se a realização de estudos mais aprofundados por forma a que se tenha a dimensão das possíveis consequências que a actividade de produção de alumina terá para as gerações vindouras,
- Recomenda-se que se reforçassem as acções de higiene e segurança no trabalho,
- Além de limpar os gases tóxicos produzidos na fábrica através de um equipamento especial instalado junto as chaminés, a empresa poderia capacitar a comunidade na criação de florestas,
- Recomenda-se que se avaliassem as implicações negativas de uma possível contaminação de cereais com alumina.

6. BIBLIOGRAFIA

Amaral, W. Guia para Apresentação de Tese Dissertações Trabalho de graduação. 2ª ed. Maputo: Livraria universitária da Universidade Eduardo Mondlane, 1999.

Ashley, P.A. Ética e responsabilidade social nos negócios. São Paulo.Saraiva,2002.

Associação Mozal para o Desenvolvimento da Comunidade. ed nº2, 2003

Associação Mozal para o Desenvolvimento da Comunidade. ed nº2, 2005.

Ávila, L. Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Rio de Janeiro, Ática, 1996.

Buffara, L. C. Bonkoski. Desenvolvimento Sustentável e Responsabilidade Social: O caso do Boticário, 2003. Tese de Mestrado em engenharia de produção. artigo disponível em: <http://teses.eps.ufsc.br/defesa/pdf/10439>, acesso em 20 de Mar. De 2007.

Cavalcanti, Cloves. Política de governo para o desenvolvimento sustentável. São Paulo, Fundação Joaquim Nabuco, 2001.

CMMAD (Comissão Mundial sobre meio ambiente e desenvolvimento). Nosso futuro comum. 2ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.

CMMAD, (Relatório da delegação Brasileira sobre meio ambiente e desenvolvimento) 2.ed. Rio de Janeiro, 1992.

Dimensões do Desenvolvimento Sustentável. artigo disponível em: <http://www.agenda21.petropolis.rj.gov.br>. Acessado em 20 de Junho de 2007.

GdM, Relatórios de Auditoria Ambiental. Ministério para a Coordenação e Acção Ambiental. Maputo, 2004

GdM, Relatórios de Auditoria Ambiental. Ministério para a Coordenação e Acção Ambiental. Maputo, 2005

GdM, Relatórios de Auditoria Ambiental. Ministério para a Coordenação e Acção Ambiental. Maputo, 2006.

Grajew, O. Responsabilidade social nas empresas: primeiros passos. Instituto Ethos, 2001. disponível em: www.ethos.org.br-acesso em 20 de Julh. de 2007.

Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social. 2001; disponível em: <http://www.ethos.org.br>-acesso: em 10 de Agost. de 2007.

Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, 2000, Investimentos socialmente responsáveis não só para activistas. disponível em http://www.ethos.org.br/pri/open/sala_imprensa/dezembro.asp>. Acesso em: 18 Agost de 2007.

Karkotle, G.. Responsabilidade Social: Uma estratégia Empreendedora. Tese de doutoramento, 2004. disponível em <http://teses.eps.ufsc.br> .acesso: 20 de Maio de 2007.

KPMG- As 100 Maiores Empresas de Moçambique ,2006.

Lourenço e Schroler. Vale Investir em Responsabilidade Social Empresarial? Artigo disponível em <http://www.ethos.org.br/comunidade-academica/premio-etho-valor/trabalhos>. Acesso em: 10 Julh. de 2007.

Melo N. F.P. de Froes, C. Responsabilidade social e cidadania empresarial: administração do terceiro sector, 2ª ed. Rio de Janeiro:Qualitymark,2001.

Melo Neto. F. P. de Froes, C. Responsabilidade social e cidadania empresarial: administração do terceiro sector, 2ª ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1999.

MOZAL, Relatório de saúde, segurança laboral, meio ambiente e comunidade-2003/2004.

Pfeifer, M. Responsabilidade Social Empresarial: Uma inserção do Serviço Social, 2003. disponível em <http://www.portalsocial.ufsc.br/mono/TCC>. acesso: 10 de Julho 2007.

Responsabilidade Social para Quem? – artigo disponível em: www.ietc.com.br, acessado em 16 de Agosto de 2007.

Quivy, R. Compenhoudt, Luz. *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Grádiva, Lisboa, 1992.

Santos. *Desenvolvimento Sustentável e Responsabilidade Social*. Celta-editora, 2005.

Serra, C. *Colectânea de Legislação do Ambiente: Centro de formação jurídica e judiciário*. Maputo, 2003

Serra, C. *Manual de Direito do Ambiente: Centro de formação jurídica e judiciário*. Maputo, 2004.

Schmidhleiny, S. *Fazer mais com menos*. São Paulo, 2002

Silale, L. *Gestão de Responsabilidade Social: Práticas empresariais para o desenvolvimento local com enfoque na Mozal*. Trabalho de Licenciatura-Faculdade de Economia-UEM, 2005.

Stoner, J. A. F. Freeman, R. E. *Administração*. 5ª ed, Rio de Janeiro: Prentice-Hall do Brasil, 1999.

Stoner, James A. F. Freeman, R. E. Administração. 5ª ed, Rio de Janeiro: Livro Técnicos e Científicos,1985.

Outras Fontes Consultadas

<http://www.alternex.com.br/~patiagpucio/apresentação.html>. Acessado em:16 de Junho de 2007.

www.ccpm.pt/rev.27. Acessado em 5 de Agosto de 2007.

www.portal-rp.com.br/bibliotecavirtual/responsabilidadesocial/0076.htm. Acessado em 5 de Agosto de 2007.

7. ANEXO: QUESTIONÁRIO PARA AS ENTREVISTAS

Questões colocadas a AMDC

Desenvolvimento Sustentável e responsabilidade social

1. Em 1987 foi divulgado em sua primeira edição pelo relatório Brundtland o conceito de desenvolvimento sustentável centrado na satisfação das necessidades do presente sem comprometer o das futuras gerações. Diante do exposto, como a MOZAL vê se focado neste conceito?
2. Quando é que a sua empresa viu a necessidade de realizar actividades sociais em benefício da sociedade? E esta iniciativa foi colhida em todos os níveis da empresa?
3. No âmbito de sua responsabilidade social, a empresa (AMDC) desenvolve relações com a comunidade á sua volta?
4. Quem são as camadas beneficiárias das acções sociais desenvolvidas pela empresa?
Empregados e seus familiares _____
A comunidade local _____
Ambos os segmentos _____
5. No âmbito de sua responsabilidade social, quais os critérios usados pela empresa afim de identificar as necessidades das populações?
6. A organização tem um programa bem desenvolvido para lidar com questões de responsabilidade social?
7. A sua empresa possui um fundo criado para fazer face as acções de responsabilidade sociais?

8. No âmbito de sua responsabilidade social quais as áreas de actuação é que a sua empresa desenvolve as suas actividades? Que acções são desenvolvidas em cada uma destas áreas? E qual delas é a mais relevante?

Saúde e meio ambiente _____

Educação e cultura _____

Infra-estruturas comunitárias _____

Outras _____

9. E em qual destas áreas tem se beneficiado de maior investimentos?

- 8 Possui um balanço social onde são divulgadas as suas actividades?

Questões colectadas no MICOA

- 9 Quais os principais impactos que possam ser gerados ao ambiente como consequência dos processos ou produtos utilizados na produção do alumínio.

- 10 E que medidas a MOZAL tem tomado como forma de minimizar os impactos gerados por sua actividade?